

Gestão democrática e o Projeto Político Pedagógico: práticas e contradições de uma realidade escolar, em Goianésia do Pará/PA

Democratic management and the Pedagogical Political Project: practices and contradictions of the school reality in Goianésia do Pará/PA

Gestión democrática y el Proyecto Político Pedagógico: prácticas y contradicciones de una realidad escolar, en Goianésia do Pará/PA

Recebido: 26/10/2020 | Revisado: 19/11/2020 | Aceito: 14/12/2020 | Publicado: 15/12/2020

Lindomar Pereira de Souza

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2469-1788>

Universidade do Vale do Taquari, Brasil

E-mail: klindomar@yahoo.com.br

Resumo

A discussão que permeia sobre o entendimento de gestão democrática e a importância do Projeto Político Pedagógico da escola se faz necessário conhecer, uma vez que, muito se fala sobre tal projeto e pouco se sabe de sua relevância para escola contemporânea. A pesquisa teve como objeto de estudo "As causas da não participação efetiva dos diversos atores no desenvolvimento dos projetos planejados pela escola no decorrer do ano letivo", e como objetivos: investigar os fatores que têm ocasionado a não participação dos diversos atores na culminância dos projetos da escola desenvolvidos no percurso do ano letivo e detectar se a escola desenvolve uma gestão democrática nos moldes previstos pela legislação em vigor, Lei nº 9394/96. A pesquisa foi de abordagem qualitativa tendo como base teórica metodológica Teixeira e Thiollent já no aspecto teórico bibliográfico se sustentou em autores como: Dalmás, Libâneo, Paro, Veiga, Luck e outros que dialogam com o campo de estudo. A pesquisa apontou que existe na prática um jogo de contradição ao se tratar da participação dos professores na execução dos projetos, e que a ausência de um profissional tem implicações negativas sobre as questões pedagógicas de uma escola e a gestão escolar é marcada por um esforço na prática por uma postura democrática, pois são oportunizados todos os mecanismos de participação no sentido de garantir o envolvimento coletivo, não havendo uma centralização de poder, mesmo assim ainda existem lacunas quanto ao ato de gerir na perspectiva democrática.

Palavras-chave: Projeto político pedagógico; Gestão democrática; Participação.

Abstract

The discussion that permeates the understanding of democratic management and the importance of the School's Pedagogical Political Project is important, since much is said about this project and little is known about its relevance for contemporary schools. The research had as object of study "The causes of the effective non-participation of the diverse actors in the development of the projects planned by the school during the school year" and, as objectives: to investigate the factors that have caused the non-participation of the different actors in the culmination of the school projects developed over the course of the school year, in addition to detecting whether the school develops democratic management along the lines provided for by the legislation in force, Law No. 9394/96. The research has a qualitative approach, using Teixeira and Thiollent as a theoretical and methodological basis. The bibliographical theoretical aspect was supported by authors such as: Dalmás, Libâneo, Paro, Veiga, Luck and others who dialogue with the field of study. The research pointed to a flaw in the participation of teachers in the execution of projects, suggesting a game of contradiction. The absence of a professional has a negative implication on school's pedagogical issues. In practice, a school management is marked by an effort to achieve a democratic posture, since all participation mechanisms are provided in order to guarantee collective involvement, with no centralization of power. Even so there are still gaps regarding the act of managing from a democratic perspective.

Keywords: Pedagogical political project; Democratic management; Participation.

Resumen

Es necesario conocer la discusión que permea la comprensión de la gestión democrática y la importancia del Proyecto Político Pedagógico de la Escuela, una vez que se habla mucho de este proyecto y se sabe poco sobre su relevancia para la escuela contemporánea. La investigación tuvo como objeto de estudio "Las causas de la no participación efectiva de los diversos actores en el desarrollo de los proyectos planificados por la escuela durante el año escolar" y como objetivos: investigar los factores que han provocado la no participación de los diferentes actores en la culminación de los proyectos de la escuela desarrollados a lo largo del año escolar y detectar si la escuela desarrolla una gestión democrática en los moldes previstos por la legislación vigente, Ley n° 9394/96. La investigación se basó en un enfoque cualitativo con base teórico metodológico de Teixeira y Thiollent, ya en el aspecto teórico

bibliográfico se sustentó en autores como: Dalmás, Libâneo, Paro, Veiga, Luck y otros que dialogan en el campo de estudio. La investigación señaló que en la práctica existe un juego de contradicción en cuanto a la participación de los profesores en la ejecución de los proyectos, y que la ausencia de un profesional tiene implicaciones negativas en las cuestiones pedagógicas de una escuela y la gestión escolar es marcada por un esfuerzo en la práctica por una postura democrática, pues son propiciados todos los mecanismos de participación para garantizar el involucramiento colectivo, no habiendo una centralización del poder, aun así, persisten brechas sobre el acto de gestionar desde una perspectiva democrática.

Palabras claves: Proyecto político pedagógico; Gestión democrática; Participación.

1. Introdução

O texto que ora apresentamos é resultado de uma pesquisa desenvolvida no município de Goianésia do Pará, e teve como objeto de estudo "As causas da não participação efetiva dos diversos atores no desenvolvimento dos projetos planejados pela escola no decorrer do ano letivo". O estudo teve como objetivos: Investigar os fatores que tem ocasionado a não participação dos diversos atores na culminância dos projetos da escola desenvolvidos no percurso do ano letivo e Detectar se a escola desenvolve uma gestão democrática nos moldes previstos pela legislação em vigor a LDB¹.

O lócus da pesquisa foi um Colégio Estadual de Ensino Médio Professora Anunciada Chaves, sendo esta instituição considerada de grande porte e a única da cidade que oferece o Ensino Médio. A mesma atende em média a cada ano mais de 1.200 estudantes do Ensino Regular e Modular, distribuídos em três turnos, manhã, tarde e noite envolvendo a sede e a zona rural. No geral, esses estudantes do turno da noite são trabalhadores, sem opção de lazer na cidade, sem motivação e às vezes sem interesse de participar das atividades proposta pela escola como atividade extraclasse em participar de maneira mais consistente dos projetos desenvolvidos pela escola no decorrer do ano letivo, segundo o que escutamos de professores da escola.

Nesse sentido, se faz necessário mencionar Libâneo (2004) ao falar do campo da gestão democrática, pois cujas aspirações concentram-se em aprender para o exercício de uma profissão que garanta um emprego à sua subsistência, talvez seja um dos motivos que explique a falta de interesse desses estudantes a não participarem efetivamente de todas as

¹ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96.

atividades pensadas pela escola.

Observando no cotidiano da escola uma questão que nos inquietava se configura justamente na ausência dos atores que compõem a escola na hora da execução dos projetos da escola. Ao se tratar da participação coletiva numa gestão democrática, a Lei nº 9394/96 no art. 13, sinalize que: "os docentes incumbir-se-ão de I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino". Entretanto na realidade pesquisada o que observamos é a violação por parte da maioria dos professores a esta regulamentação, uma vez que, quando se trata da culminância de atividade de caráter coletivo, não se tem a participação de todos os professores como a escola gostaria.

A pouca participação desses atores na efetivação dos projetos integrados ao Projeto Político Pedagógica da escola, obviamente carrega consigo certas implicações, entraves, possíveis de interferir no andamento harmonioso das ações escolar, pois fragmenta o trabalho coletivo, sobrecarrega alguns profissionais da escola e/ou membro da comunidade com atividades, desmotiva a participação de muitos em outras atividades de caráter igual.

De acordo com a realidade a qual investigamos, observamos também no início do ano letivo que a escola se planeja para suas atividades corriqueiras em sala de aula, a obedecer às exigências feitas pelo currículo escolar do Ensino Médio, e com esse desejo a realidade observada propõe em seu planejamento no início do ano letivo a execução dos projetos que faremos menção a seguir.

Como postula Thollent (2007) enquanto sujeito participante de tal realidade pesquisada devemos nos envolver com maior profundidade no contexto do problema. E assim desejamos prestar um serviço diferenciado à comunidade local, perpassar os muros quando pensamos e planejamos com os professores os projetos a serem realizados ao longo do ano letivo, como por exemplo, o Projeto "Na Ponta da Língua", no período de maio a junho de cada ano, voltado aos estudantes da primeira série do Ensino Médio, em que na oportunidade os professores de Língua Portuguesa e Língua Inglesa trabalham a leitura e produção de texto com posterior socialização dos resultados aos demais estudantes da escola.

O "Projeto Feira Cultural", que ocorre também no mesmo período que o projeto na "Ponta da Língua", é desenvolvido sob coordenação dos professores de Educação Física, História, Arte, além de contar com professores de outras áreas, pelo menos é o que fica acordado em reunião de planejamento, mas na prática temos uma participação fragmentada desses atores (professores) no momento de desenvolver esses projetos, principalmente aqueles que não residem no município de Goianésia do Pará.

O "Projeto Cidadania", por sua vez é realizado nos meses de agosto e setembro de cada ano e desenvolve ações de caráter social, do tipo: prestação de serviço voluntário, aquisição de sextas básicas, arrecadação de roupas, sapatos e outros objetos de uso pessoal que são vendidos à comunidade por um valor muito abaixo, a saber, por exemplo, uma peça de roupa no máximo cinco reais e o dinheiro arrecadado é investido na própria escola, na aquisição de central de ar para as salas de aula, em compra de material a ser usado em atividades pedagógicas pelos professores e alunos.

No final do ano letivo a escola realiza o "Projeto DST's e AIDS", coordenado pelos professores de Biologia e Geografia, com apoio da direção, coordenação de demais professores. Projeto que propõe a discussão acerca da prevenção das doenças sexualmente transmissíveis e gravidez na adolescência, tem geralmente sua culminância todo dia 01 de dezembro em alusão ao dia mundial de combate a AID's. É uma ação que conta com apoio da comunidade local, dos pais, do poder público as vezes e de empresários da cidade que apoiam o referido projeto.

Nessa perspectiva, percebendo a escola como um ambiente defensor do interesse coletivo e compreendemos a importância de nossa investigação em razão da garantia da participação efetiva dos atores da escola nas tomadas de decisão em torno dos projetos desenvolvidos ao longo do ano letivo, de uma gestão estruturado num pensamento coletivo, devido oportunizar discussões conjuntamente, sempre buscando atender os interesses coletivos.

2. Metodologia

A pesquisa foi de natureza qualitativa e teve como metodologia da pesquisa a Pesquisa-Ação, fundamentada no pensamento de Thiollent (2007) por está relacionada à transformação da realidade na qual o fenômeno se apresenta, ou seja, numa dada realidade. Pois, conforme o autor:

[...] a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação e do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. (p. 20)

Ainda a pensar sobre a metodologia da pesquisa, da necessidade, da compreensão do fenômeno pesquisado a partir da prática vivenciada pelo pesquisador numa realidade social,

Thiollent (2011) aponta que: [...] a pesquisa-ação pode ser vista como modo de conceber e de organizar uma pesquisa social de finalidade práticas e que estejam de acordo com as exigências próprias da ação e da participação dos atores da situação observada (p. 32)

Frente a isso, faz saber ainda que nosso estudo foi também norteado pela abordagem qualitativa da pesquisa e se firma no pensamento de (Teixeira, 2011, p. 137). Na pesquisa qualitativa o pesquisador procura reduzir a distância entre a teoria e os dados, entre o contexto e a ação, usando a lógica da análise fenomenológica, isto é, da compreensão dos fenômenos pela sua descrição e interpretação.

E nessa perspectiva a abordagem qualitativa da pesquisa se preocupa com a compreensão e interpretação dos fenômenos sociais ali apresentados, cabendo ao pesquisador fazer suas reflexões a partir dos dados obtidos da realidade na qual o problema tem se manifestado.

Nosso estudo teve em sua composição as seguintes etapas: realização das leituras que deram sustentação teórica em consonância com a proposta do curso² fizemos uso de um questionário compondo questões fechadas envolvendo 5% dos estudantes de cada turno de um universo total de quase mil estudantes, considerando a matrícula final do ano letivo de 2014, incluindo as três séries do Ensino Médio e 20% dos professores do Ensino Regular em um universo de 30 professores lotados no mesmo ano letivo.

Foram feitas 6 questões iguais para ambos os sujeitos dos dois segmentos, alunos e professores e mais 2 questões diferenciadas aos professores, uma sobre a quantidade de Técnicos Pedagógicos lotados na escola e suas atribuições e outra acerca do que impede a participação do professor na culminância dos projetos da realidade onde foi realizada a investigação.

Apos o levantamento bibliográfico e leitura dos autores do nosso campo de estudo ora percorrido, organizamos a análise dos dados conforme as questões organizadas tanto para alunos quanto para professores, sujeitos da pesquisa.

Realizamos um levantamento bibliográfico que fundamentou as questões pertinentes ao problema em questão e de acordo com o pensamento de Thiollent (2011), ao afirmar que a pesquisa-ação pode ser vista como modo de conceber e de organizar uma pesquisa social e que seu desejo esteja de acordo com a ação e participação dos sujeitos da situação observada.

Como bem salienta Thiollent, (2011) a escola por ser um espaço de relações coletivas

² Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Escola na modalidade EAD, pela Universidade Federal do Pará (UFPA) em 2015;

a pesquisa-ação se configura justamente no envolvimento do problema com o pesquisador, uma coisa não pode ficar separada da outra.

Com isso conseqüentemente, estaremos transformando a realidade na qual somos partes, na ótica do autor apresentado que discute a pesquisa-ação, devido envolver a ação do pesquisador e dos grupos envolvidos, nos permitindo o vaivém entre as fases, que será determinado pela dinâmica do pesquisador com a situação pesquisada.

2. Gestão Democrática e os Desafios da Participação

[...] a gestão democrática deve implicar necessariamente a participação da comunidade [...]. A esse respeito, quando uso esse termo, estou preocupado, no limite, com a participação nas decisões. Isto não elimina, obviamente, a participação na execução; mas também não a tem como fim e sim como meio, quando necessário, para a participação propriamente dita, que é a partilha do poder, a participação na tomada de decisões (Paro, 2004, p. 16)

Com o olhar sobre a afirmação de Paro (2004), destacamos a necessidade de reflexão permanente sobre o trabalho conjunto e assim considerar o resultado do estudo ora apresentado como um avanço nesse campo de discussão. Implementar uma gestão democrática numa escola pública a qual fazemos referência é uma ação desafiadora para seu gestor, uma vez que as decisões serão pautadas em um desejo coletivo, em que as vozes serão ouvidas, onde os sujeitos terão vez de falar e opinar sobre o que pensam como a escola vem desenvolvendo seu trabalho na comunidade local. A participação coletiva nas tomadas de decisões precisa ser real e não apenas ficar no discurso. E diante dessa questão Paro (2004, p. 17) afirma que, “A participação da comunidade na escola, como todo processo democrático, é um caminho que se faz ao caminhar” [...]. E ainda para pensar sobre a gestão democrática e seus desafios, lançamos mão do pensamento de Libâneo (2004), ao afirmar que:

[...] as organizações são marcadas pelas interações sociais entre as pessoas, destacando as relações informais que ocorrem na escola, para além de uma visão meramente burocrática do funcionamento da instituição. Essa ideia da escola como um sistema sociocultural vem suscitando cada vez mais interesse por causa de suas implicações no funcionamento da escola, especialmente no projeto pedagógico, na construção do currículo e nas formas de gestão (p. 97-8)

A escola se constitui numa organização onde as relações devem ser consideradas para além da questão burocrática, portanto, devemos ouvir os sujeitos seja no âmbito da construção

do projeto político pedagógico ou do currículo. Faz saber também, da importância e necessidade desta proposta, tendo como parâmetro o pensamento de Dalmás (1994), ao discorrer acerca do planejamento participativo na escola, quando afirma: “é preferível um trabalho em etapas, especialmente se o grupo for grande” (1994, p. 63).

Nessa perspectiva, e conforme Fonseca e Veiga (2001), julgamos necessário este estudo por perceber:

[...] a escola como instituição social compromissada com a educação de crianças, jovens e adultos, realiza uma ação intencionalizada, sistemática, de acordo com os princípios filosóficos, epistemológicos e pedagógicos, reafirma-se a pertinência da reflexão que ora se propõe, (p. 45-6)

Na realidade onde realizamos a investigação, professores e estudantes aprovam as decisões quando não participam das reuniões para escolherem determinadas ações de caráter pedagógico ou administrativo, porém quando é para realizar essas ações, seja no espaço escolar ou na comunidade não temos a participação como gostaríamos que fosse, conforme discutido e aprovado em grupo.

A ausência de alunos, pais, demais funcionários da escola e especialmente de professores na execução dos projetos nos deixava inculcado sempre a busca de uma explicação dessa postura, desse não cumprimento de responsabilidade. Diante desse comportamento, salientamos (Libâneo, 2004, p. 101) ao dizer: "A direção é um princípio e atributo da gestão, mediante a qual é canalizado o trabalho conjunto das pessoas, orientando-as e integrando-as no rumo dos objetivos".

Frente a esse pressuposto, destacamos o Artigo 14 da LDB que afirma:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

A luz da exposição feita pela referida Lei 9394/96, fica evidenciada a necessidade da participação de seus sujeitos na elaboração de sua proposta pedagógica assim como da comunidade escolar local. Desse modo a participação se configura num elemento fundamental na construção dos rumos da realidade escolar onde vivenciamos de maneira coletiva, a fim de atender as exigências proposta por uma política de gestão democrática.

E nesse sentido (Luck, 2006, p. 99) argumenta dizendo, “A gestão democrática, e compartilhada implica, portanto, a participação de todos os segmentos da escola na elaboração e execução do plano de desenvolvimento da escola, de forma articulada”.

A gestão da realidade na qual se deu o estudo tem possibilitado o envolvimento das pessoas em participarem não só na hora das tomadas de decisões, feitas em reuniões com professores que posteriormente repassam aos estudantes em sala de aula, como também no momento de execução das atividades pensadas em grupo. Mediante essas questões, talvez, esteja faltando esclarecer os objetivos dessas atividades por parte da direção, pois conforme Libâneo (2004), a direção é um princípio da gestão, em que as pessoas devem ser integradas e orientadas na perspectiva de alcançar os objetivos propostos para uma determinada ação dentro da escola.

As causas da não participação efetiva dos diversos atores no desenvolvimento dos projetos planejados pela escola de maneira efetiva nos remete, a uma reflexão importante quanto ao ato de gerir pautado numa gestão democrática, conforme salienta a Lei 9394//96, assim como estudiosos do campo sempre com um olhar na realidade da qual somos parte.

Por conseguinte, autora como (Abranches, 2003, p. 9) aponta que a participação deve ser considerada:

[...] como um exercício democrático, por meio do qual aprendemos a eleger o poder, fiscalizar, desburocratizar e dividir responsabilidades, e que os vários canais dessa participação convergem para elaborar condições favoráveis de surgimento dos cidadãos e suas formas de organização.

De acordo com o pensamento de Abranches (2003), detectamos a importância de um olhar democrático no âmbito da escola, devido a possibilidade de surgimento de cidadãos e suas formas de organização dessa instituição, pois assim temos condições de compartilhar responsabilidades de tarefas a partir da participação dos sujeitos conhecedores de uma realidade presente em suas vidas, a escola.

3. O Projeto Político Pedagógico e suas Manifestações

[...] o projeto político-pedagógico tem a ver com a organização do trabalho pedagógico em dois níveis: como organização da escola como um todo e como organização da sala de aula, incluindo sua relação com o contexto social imediato, procurando a visão de totalidade (Veiga, 1995, p.14)

Falar de educação requer saberes oriundos de debates sobre esse campo, assim como falar de projeto político pedagógico é, sobretudo pensar na organização do ensino, pensar como a escola tem planejado suas ações na prática. E que esse planejamento tenha sua construção de maneira participativa a envolver diversos atores nas tomadas de decisões, efetivando o trabalho coletivo, garantindo uma gestão democrática, uma vez que, essa gestão deve ser capaz de possibilitar uma formação do cidadão participativo, responsável como sinaliza Veiga (1995). Nesse foco do direito a educação, a educação instituída que por sua vez é competência dos governos, do Estado.

Nesta perspectiva, se faz pertinente ressaltar o escrito no artigo 205 da Constituição Federal (2002): “A educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Daí a necessidade de compreender a inversão ocorrida entre as duas afirmações, pois a LDB em seu artigo 2º ao salientar que "A educação, dever da família e do Estado", o que contradiz a Lei maior, a Constituição Federal, ao afirmar que primeiro é dever do estado, assim certamente coloca em evidência o papel das duas instituições, nesse caso, estado e família, possibilitando, portanto abertura para questionamentos acerca de quem é de fato o dever de educar. É do estado ou da família?

E nessa direção, é importante o gestor escolar carregar consigo o desejo de transformação de uma realidade na qual a escola se encontra, ao passo de fazer valer a gestão democrática, conforme destaca a LDB em seu artigo 14, quando diz: "Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades". Devemos enquanto gestor e liderança importante presente na escola, garantir o direito a educação aos nossos estudantes, sobretudo considerando a legislação em vigor, de oportunizar a participação desses sujeitos nos diferentes processos educativos existentes na escola, como bem propõe o PPP³.

Conforme nossa vivência ainda se percebe o PPP como algo desconhecido pela maioria dos sujeitos construtores da escola, ao invés de a escola possibilitar discussões e reflexões ao passo desse PPP sair dos convés das unidades de ensino, ou seja, sair dos gabinetes, sair do anonimato, e isso nos permite aqui fazer essa analogia, em decorrência desse plano tão importante e falado. Às vezes esquecido pelos gestores nas gavetas, nas salas da coordenação e/ou direção.

³ Projeto Político Pedagógico.

Isso na escola atual que prima por uma gestão democrática é inconcebível, pois esse planejamento da escola precisa entender que “o educando não desempenha sua função como alguém que simplesmente “apanha” o saber das mãos do educador e o guarda para si” (Paro, 2015, p. 71). Esse saber deve ser planejado a considerar os alunos e suas potencialidades quanto a sua cognição, e que esse sujeito seja percebido como um ser ativo e histórico em constante mudança, inclusive de postura enquanto aluno que vive num espaço escolar onde as relações se constroem no debate.

E pensando nisso, a escola lócus do estudo tem feito um trabalho de escuta com professores e estudantes, quanto aos projetos e em especial com a proposta de trabalho instituído pelo PPP da escola, a qual foi planejada pensando no coletivo. Diante dessas questões aqui postuladas, cabe compartilhar a experiência a qual vivenciamos na realidade onde o estudo foi realizado, ao se tratar do PPP, visto que o Projeto Político Pedagógico é construído a partir de uma escuta por amostragem com instrumento (questionário aberto), com todos os segmentos com o propósito de direcionar as atividades pedagógicas anuais, bem como das questões pertinentes ao regimento interno da unidade de ensino.

Nesse contexto, é pertinente sinalizar o pensamento de (Veiga, 1995, p. 31) ao dizer:

É importante reiterar que, quando se busca uma nova organização do trabalho pedagógico, está se considerando que as relações de trabalho, no interior da escola, deverão estar calcadas nas atitudes de solidariedade, de reciprocidade e de participação coletiva, em contraposição à organização regida pelos princípios da divisão do trabalho, da fragmentação e do controle hierárquico.

No tocante ao ouvir os atores sociais da escola ainda encontramos um grande entrave que é trazer os pais ou responsáveis de aluno para dialogarmos, a não ser quando chamamos para pedir apoio quanto a indisciplina/ comportamento ou para conversar acerca do rendimento escolar por bimestre, porém não podemos desistir, mas sempre enfrentar esse desafio de trazê-los para escola.

Nessa perspectiva, fazemos menção a Libâneo (2004, p. 122) ao afirmar que, a escola precisa está pautada em: "Decisões coletivas por meio de assembleias e reuniões, buscando eliminar todas as formas de exercício, autoridade e poder". Com esse olhar, portanto, estamos oportunizando o direito não só a educação, mas em especial de refletirmos acerca da qualidade dessa educação, da maneira como ela é planejada, pensada e colocada em prática pela escola.

Mesmo diante das resistências apresentadas pelos atores sociais da escola (pais), sempre buscamos envolvê-los no ato da reelaborarmos a cada dois anos o Projeto Político Pedagógico da escola a qual foi pesquisada, temos escutado alunos, pais, professores e demais funcionários por meio de reunião e/ou questionário, na perspectiva de assegurar de fato o estabelecido pela LDB e fundamentalmente garantir o direito à educação através de processos democráticos, vislumbrando sempre o alcance das metas estabelecidas em cada ano, e construir uma educação pautada no diálogo e no debate das questões de ordem educacional e social da realidade da qual fazemos parte.

Não podemos deixar de assinalar as amarras contidas no Currículo, como por exemplo, a igualdade de conteúdos para as realidades, às vezes trabalhar assuntos dissociado da realidade e interesse do alunado, mas enxergamos pontos interessantes vivenciados na realidade onde foi feita a nossa pesquisa, com destaque três pontos positivos: a valorização do saber do aluno, a liberdade criativa que é constantemente incentivada principalmente através dos projetos desenvolvidos anualmente pela escola, além do acompanhamento realizado pelos professores dos conteúdos a serem apreendidos pelos alunos.

Doravante as questões suscitadas, é sene qua non discutir o planejamento no interior da escolar considerando as dimensões políticas e sua relação com as especificidades do cotidiano da escola na qual trabalhamos, bem como, trazer para o debate também a organização da instituição de ensino na perspectiva da gestão democrática, é claro sem perder de vista os processos de participação coletiva e o envolvimento da comunidade nesses processos.

Isso nos permite registrar o nosso olhar antes desse escrito acerca dos projetos contidos no PPP da realidade onde foi feito este estudo e seus entraves quanto a participação de todos. Nesse sentido, é pertinente ventilar que em razão de possuir já uma formação⁴ nesse campo de discussão e por ser o único Técnico em Educação da unidade a qual nos fazemos menção, temos conhecimento da importância do PPP como documento balizador das atividades pedagógicas da escola, como bem sinaliza Veiga (1995). Agora mais consistente, que por sua vez deve se efetivar a partir das discussões coletivas democráticas ao passo de atender as necessidades da realidade escolar, e também das exigências feitas pela legislação em vigor.

A formação continuada nos remete importantes discussões e reflexões, pois ampliamos o nosso olhar enquanto gestor, em especial nesse caso ao se tratar das dificuldades

⁴ Pedagogia

de colocar em prática uma gestão democrática em que a mesma deve ser consolidada a partir de um movimento constante do pensar e refletir a nossa ação desenvolvida no espaço escolar, seja ela administrativa e/ou pedagógica.

Nessa perspectiva se faz necessário salientar o artigo 12 da LDB (2014) ao destacar que o planejamento é de responsabilidade de cada sistema e a competência de cada segmento que faz a escola acontecer de fato e de direito:

Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: I - elaborar e executar sua proposta pedagógica; II - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros; III - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas; IV - zelar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente; V - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento; VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola; VII - informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica.

Assim devemos compreender que a gestão deve ter o saber teórico e o saber prático, nesse caso ela é necessária nesse contexto para tal compreensão, de modo a envolver todos os sujeitos da escola, com seu ato de liderar, articulando as questões de caráter pedagógico com as questões administrativas, a saber, da organização da escola como um todo, tendo participação coletiva como ação de destaque em seu modo de gerir.

Para tanto, o PPP da unidade de ensino deve ser elaborado a partir da escuta de seus atores por meio de questionário, de entrevistas, ou de outros mecanismos possíveis de fomentar a participação desses atores, carregando consigo a concepção de um plano anual responsável pelo direcionamento das atividades pedagógicas a ser construído com base nos princípios da gestão democrática.

Assim, ao grifar nossas impressões nesse campo de discussão, destacamos a participação como elemento sólido no sentido de ter um trabalho coletivo possibilitando a solução de problemas, e ainda compreendemos que a gestão possui a concepção de coordenação e de participação, pois a defesa da participação se configura num caminho fundamental para o alcance da democracia, e isso implica quebrar as estruturas que produzem relações hierárquicas de poder marcadas pelo centralismo.

Portanto, precisamos visualizar a gestão democrática da educação e o planejamento participativo como ferramentas possíveis que implicam o fortalecimento dos processos decisórios das práticas participativas e coletivas de organização da educação sistêmica, a qual vivenciamos em nosso dia a dia na instituição escolar.

4. Análise e Discussões

Posterior a leitura de autores que discorrem acerca da gestão democrática e também do PPP e respostas obtidas dos sujeitos investigados a partir de um questionário, compartilhamos os resultados e as nossas reflexões a seguir.

Ao se tratar da participação nas tomadas de decisões da escola sobre os projetos realizados ao longo do ano letivo, mais de 64, 3% dos alunos entrevistados afirmaram que sim, eles participam. Para os professores 100% disseram participar dessas tomadas de decisões. Enquanto 30, 9% dos estudantes afirmaram que não participam dessas tomadas de decisões e para apenas 4,8% dos entrevistados fizeram abstenção ao responder sobre a questão em análise, a participação nas tomadas de decisão da escola ao se tratar dos projetos desenvolvidos no decorrer de cada ano letivo.

Quando perguntado aos estudantes, se eles conhecem todos os projetos implementados na proposta pedagógica da escola 88,1% disseram que sim e 11,9% afirmaram não conhecer todos os projetos (conforme pergunta aberta do questionário). Sobre a mesma questão 83,3% dos professores afirmaram conhecer todos os projetos e para 16,7% desconhecem esses projetos por igual.

A presente análise nos permite pontuar uma questão importante, sendo que na afirmativa dos professores ao dizer que conhecem todos os projetos não conseguem listar esses projetos. Daí, portanto, um ponto a ser trabalhado, no sentido de fazer valer o conhecimento de todos os projetos trabalhados na escola, uma vez que a figura do professor é fundamental quando se trata de mobilização dos estudantes a participarem de qualquer ação no interior da escola.

Sobre a participação nos projetos desenvolvidos pela unidade de ensino ao longo do ano letivo, cerca de 97,6% dos alunos pesquisados afirmaram participar dos projetos e isso presenciamos em cada momento de culminância, principalmente quando esse momento é realizado no auditório da escola. Enquanto 2,4% da categoria afirmaram não participar dos projetos.

Um ponto importante a ser notado ao se tratar do envolvimento dos estudantes nos projetos é que ainda vivenciamos certa resistência deles no turno noturno quando se tratar de uma presença maior, pois conforme conversar informais com alunos e professores, infelizmente alguns tem impressão que esses projetos não têm a mesma importância para o aprendizado deles como as aulas regulares, em sala de aula mesmo eles sendo a favor dessas ações no cotidiano da escola.

Mediante tal informação busquei na condição de pesquisador, sendo o único técnico pedagógico da escola, envolver ainda mais esses estudantes, no sentido de mostrar a riqueza de conhecimentos que esses projetos proporcionam a eles, quando se envolvem, uma vez que, [...] “a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participante” (Thiollent, 2011, p. 20). Pois de acordo com a metodologia adotada em cada projeto, seus conteúdos são explorados a partir de estudos coletivos, com pesquisas de campo, pesquisa bibliográfica dentre outras formas, sendo, portanto tais conhecimentos cobrados nas avaliações do bimestre em que o projeto foi realizado, sem perder de vista a matriz curricular de cada série.

Quando feito a mesma indagação aos professores a afirmação foi categórica, 100% disseram sim, que participam dos projetos propostos pela Unidade de Ensino. Porém, na prática não é isso que vivenciamos. Nessa direção, e com base nos resultados do estudo em questão, (Libâneo, 2014) discute a importância de buscarmos compreender cada situação ocorrida no contexto da escola, pois cada uma possui uma característica a ser analisada em sua contextualidade, uma vez que nada acontece por acaso no cotidiano da realidade de uma unidade de ensino. Por isso, (Libâneo, 2004, p. 24) destaca:

Essa forma de ver a dinâmica da vida da escola leva a considerar a organização escolar como uma instituição aberta, cuja estrutura e processos de organização e gestão são constantemente construídos pelos que nela trabalham (diretor, coordenadores pedagógicos, professores e funcionários) e pelos seus usuários (alunos, pais, comunidade próxima).

A participação de alunos nos projetos propostos pela escola destacamos um ponto relevante que deve ser olhado com maior atenção, a cultura implementada no cotidiano da escola. Qual o significado para esses estudantes de participar dos projetos desenvolvidos pela escola? O que eles pensam sobre isso?

Nesse sentido, (Libâneo, 2014, p. 33): "A cultura da escola refere-se àqueles significados, modos de pensar e agir, valores, comportamentos, modos de funcionamento que, de certa forma, mostram a identidade, os traços característicos, da escola e das pessoas que nela trabalham". Ainda de acordo com o autor acima destacado, a cultura da escola é algo construído coletivamente pelo grupo de pessoas que ali se relacionam, tecendo relações de trabalho no dia a dia e construindo significados dessas relações observadas em reuniões, em atividades culturais desenvolvidas no interior da escola, na sala de aula mediante a relação

professor x aluno, dentre outras relações de trabalho existentes naquele espaço, ao passo de construirmos significados e valores oriundos dessas relações, que conseqüentemente se configuram numa cultura interna daquele ambiente de convivência formada por seres singulares.

A esse respeito, faz-se necessário registrar o pensamento de (Libâneo, 2004, p. 33) ao se tratar das relações existentes em uma instituição de ensino, pois segundo ele:

[...] não conhecemos uma escola apenas pelo que se vê, pelo que aparece mais diretamente à nossa observação (as formas de gestão, as reuniões, a elaboração do projeto pedagógico e do currículo, as relações sociais entre os integrantes da escola etc). É preciso captar aqueles significados, valores, atitudes, modo de convivência, forma de agir e de resolver problemas, frequentemente ocultos, invisíveis, que vão definindo uma cultura própria de cada escola. [...] pois as práticas e os comportamentos das pessoas manifestos na convivência diária influenciam as práticas e comportamentos dos professores nas salas de aula.

De acordo com Libâneo e focando no artigo 12 da LDB (2014), fica evidente a competência dos estabelecimentos de ensino, devendo ser respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: I - elaborar e executar sua proposta pedagógica, levando em contas suas relações ali existentes.

Pensando nas relações vivenciadas pela escola, perguntamos aos alunos se eles consideram que os projetos desenvolvidos na escola são importantes? Diante das respostas desses sujeitos ficou constatado que 97,6% afirmaram que sim. Segundo eles os projetos são relevantes por contribuírem para a formação deles na escola e assim ter mais oportunidade no mercado de trabalho, e 2,4% disseram não ser importantes esses projetos desenvolvidos pela escola no decorrer do ano letivo.

Para os professores, realizada a mesma pergunta, 100% afirmaram que os projetos desenvolvidos na escola como sendo relevante, para o aprendizado dos estudantes, pois possibilita a aproximação dos conteúdos trabalhados na escola com a vivência, e também por promover a socialização entre eles.

Na perspectiva de compreender a importância da participação dos sujeitos nas atividades elaboradas pela unidade de ensino e também da relevância pedagógica dos projetos desenvolvidos no decorrer do ano letivo, fazemos menção a Libâneo (2004) ao afirmar que:

[...] a escola é o centro de referência tanto das políticas e planos da educação escolar quanto dos processos de ensino e aprendizagem na sala de aula e de que nada adiantarão boas políticas e plano de ação e eficazes estruturas organizacionais se não se der atenção aos aspectos internos da escola, isto é, objetivos, estrutura e dinâmica

organizacional, relações humanas, práticas formativas, procedimentos de avaliação, visando à qualidade cognitiva e operativa da aprendizagem dos alunos (p. 23).

Olhando para os aspectos internos da escola, perguntamos aos alunos se a escola faz divulgação ampla desses projetos na comunidade escolar? E foi detectado que mais de 92,8% afirmaram que a escola tem demonstrado uma preocupação no sentido de divulgar esses projetos para a comunidade escolar, enquanto 7,2% desses sujeitos responderam que não é feita tal divulgação de maneira a atingir toda comunidade.

Sobre a mesma pergunta, os professores entrevistados 100% afirmaram que os projetos da escola na qual trabalham são amplamente divulgados. Quando perguntamos aos estudantes se eles se sentem motivados para participarem dos projetos da escola, detectamos que 90.5% dos entrevistados afirmaram se sentirem motivados a participarem dos projetos da escola, fazendo destaque que essa seria mais uma forma de a escola possibilitar o aprender e também é um momento de interação entre os alunos de turmas e turnos diferentes.

Ainda perguntando sobre a motivação dos estudantes em participar dos projetos, somente 9,5% dos entrevistados responderam não se sentirem motivados para participarem dos projetos, devido a escola não conceder total apoio a eles. Já para os professores também sujeitos de nosso estudo, quando indagados acerca a mesma pergunta 100% afirmaram está motivados a participarem dos projetos oriundos do planejamento realizado no início de cada ano letivo, porém o que temos observado na prática é uma contradição dessa afirmação, pois há momentos que ocorre sobrecarga de atividades em alguns professores em decorrência de outros se ausentarem da culminância de alguns projetos efetivados pela Unidade de Ensino, ora pesquisada.

Ao nosso olhar, a apresentação dessa motivação se revela para alguns sujeitos desse grupo, apenas para afirmar positivamente à coordenação e direção da unidade de ensino, e também tentando envolver os alunos nesses projetos, mas no momento final dessa ação planejada ele se ausenta.

Ainda nessa direção, os professores ao responderem uma das questões diferenciadas das perguntadas aos alunos, 83,3% responderam que a escola não possui Técnico Pedagógico⁵ suficiente para atender sua demanda e devido tal situação isso sobrecarrega os professores em sala de aula. Já para 16,7% a escola dispõe de Técnico Pedagógico a altura de prestar trabalho

⁵ Pedagogo, ou profissional com outra formação superior responsável em auxiliar os professores nas questões pedagógicas e planejamento da escola.

pedagógico e assessoramento aos professores em suas atividades pedagógicas na realidade escolar.

Nesse contexto e objetivando obter informações acerca do que tem impedido os professores participarem da culminância de cada projeto desenvolvido pela escola no decorrer de cada ano letivo, sobre isso indagamos: O que impede você professor(a) de não participar da culminância dos projetos da escola? 83,3% dos entrevistados afirmaram que nada impede, pois participam sempre, enquanto 16,3% afirmaram não participar da culminância dos projetos por trabalhar em outra escola no horário que os projetos são realizados na realidade investigada.

Portanto, a pesquisa revelou que a falta de uma peça na engrenagem⁶ chamada ação coletiva, desencadeia um mal estar na gestão da escola no quesito conjunto, no sentido de sobrecarregar alguns sujeitos em detrimento da ausência de outros.

Mesmo perante essas lacunas, é válido salientar que o PPP da unidade de ensino da qual realizamos o nosso estudo se encontrava na fase de reformulação em decorrência da necessidade de o mesmo ser repensado e avaliado a partir de questões apontadas pelos sujeitos constituintes da escola. Essa escuta acontece a partir de um questionário respondido pelos pais, estudantes, professores, e demais funcionários da escola, de modo assegurar a participação coletiva e gestão democrática para com a efetivação de sua proposta pedagógica.

5. Considerações Finais

Apresentamos nossas reflexões oriundas das discussões possibilitadas a partir de leituras realizadas sobre este campo de estudo, apontado a importância da participação desses sujeitos no planejamento da escola, bem como de nossas experiências enquanto profissional na esfera pública, sujeito integrante de uma realidade social, como propõe a pesquisa-ação, metodologia que sustenta nossa pesquisa.

Com esse pensamento, acreditamos que um estudo desses, além de propor uma contribuição para um novo olhar pedagógico ao se fazer educação, como ainda assegura o princípio da gestão democrática, da construção coletiva. Faz-se necessário também, conhecer as relações dentro da unidade de ensino, visto que as decisões pelas quais os projetos foram pensados e planejados se deram de maneira coletiva, pois a participação constitui em diferentes entendimentos desses atores, que formam o cotidiano da escola.

⁶ Grifo meu

O processo de participação se constitui numa ferramenta de aprendizagem e de mudança de comportamento a ser consolidado cotidianamente, de maneira a permitir uma realidade que propõe ação articulada entre a direção escolar e o Conselho Escolar, por exemplo, visando a efetivação de uma cultura de participação e democratização das relações na escola, mesmo sabendo que não chegamos ao ponto ideal, mas estaremos caminhando na direção certa, na perspectiva de futuramente alcançá-lo, mesmo porque gestão democrática implica a efetivação de novos processos de organização e gestão baseada em uma dinâmica que favoreça os processos coletivos e participativos. A investigação nos apresentou questões importantes no tocante as atividades realizadas pela escola, que formam o Projeto Político Pedagógico, o plano responsável pelo direcionamento do trabalho educacional da escola como um todo.

Evidenciamos na pesquisa realizada que na maioria das afirmações dos sujeitos professores foram positivas no sentido de atender a participação deles nos processos de tomadas de decisões e também nos projetos desenvolvidos pela escola. Porém, quando se trata das afirmações dos estudantes referentes às mesmas questões, ficou evidenciado a necessidade de a escola rever pontos, referentes à participação dos estudantes nas tomadas de decisões.

O estudo revelou o que de fato tem acontecido na realidade em questão, pois na condição de elemento do conjunto de profissionais presentes regularmente na escola, faz valer a metodologia da pesquisa-ação, conforme Thiollent (2011). Após a conclusão de nosso estudo, temos em mãos o mapeamento de questões pertinentes à participação coletiva em especial no campo de atuação dos sujeitos e a participação deles nas ações planejadas pela escola de maneira efetiva.

Essas informações nos permitem afirmar que existe na prática um jogo de contradição desses membros quando a questão está associada ao envolvimento deles nos projetos da unidade de ensino, pois no campo teórico se configura positivamente, no questionário do mesmo jeito, porém na prática se diverge daquilo que vivenciamos na mesma realidade como sujeito participante.

Detectamos os fatores que tem ocasionado a não participação do segmento professor na culminância dos projetos desenvolvidos pela escola de maneira efetiva, sendo a ausência de técnico pedagógico no ambiente da pesquisa e que a gestão escolar na realidade desse estudo é marcada por um esforço na prática de uma postura democrática, pois são oportunizados todos os mecanismos de participação no sentido de garantir o envolvimento coletivo, não havendo uma centralização de poder. É nessa direção que pretendemos

continuar a pesquisar a escola em suas diferentes faces ao ponto de nos apropriar de maiores informações relacionadas à gestão democrática e como, por exemplo, essa instituição em questão tem oportunizado a participação na elaboração do projeto político pedagógico pelos seus atores.

Referências

Abranches, M. (2003). Colegiado escolar: espaço de participação da comunidade. São Paulo, Cortez.

Brasil, C. R. F. (2002). (8a ed.), Atual. Até 31,12.2001. São Paulo: Rideel.

Dalmás, A. (1994). Planejamento participativo na escola: elaboração, acompanhamento e avaliação. Petrópolis, RJ: Vozes.

Documento O. (2013). Programa Ensino Médio Inovador. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394. (2014).

Libâneo, J. C. (2004). Organização e gestão da escola: teoria e prática. (5a ed.) revista e ampliada - Goiânia: Editora Alternativa.

Luck, H. (2006). Concepções e processos democráticos de gestão educacional. Petrópolis, RJ: Vozes, Série: Cadernos de Gestão.

Paro, H. V. (2015a). Diretor escolar: educador ou gerente? São Paulo: Cortez.

Paro, H. V. (2004b). Gestão democrática da escola pública. (3ª ed.), São Paulo: Ática.

Teixeira, E. (2011). As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa. (8a ed.), – Petrópolis, RJ: Vozes.

Thiollent, M. (2011). Metodologia de pesquisa-ação. (18a ed.), São Paulo: Cortez.

Veiga, I. P. A (1995). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. –

Campinas, SP: Papirus.

Veiga, I. P. A. & Fonseca, M. (2001). As dimensões do projeto político-pedagógico: Novos desafios para a escola. Campinas, SP: Papirus.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Lindomar Pereira de Souza – 100%